

## O LUGAR DO ENSINO DE HISTÓRIA NO ESPAÇO ACADÊMICO: OS DESAFIOS DE UMA ÁREA DE FRONTEIRA

Norma Lucia da Silva\*

### RESUMO

Este artigo analisa o distanciamento existente entre a produção acadêmica e o ensino de história, buscando-se refletir sobre as razões pelas quais os temas ligados à educação em geral e ao ensino de história, em particular, não têm estado no foco das atenções dos profissionais da história e, por conseguinte, dos programas de pós-graduação em história, sendo mais recorrentes na área de educação. Um problema antigo, mas que merece ser refletido, por se tratar de uma situação ambígua uma vez que a maior parte dos cursos de graduação em história no país é de licenciatura. Foram utilizados dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) e do banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que nos permitiram observar que, apesar de haver um movimento de aproximação entre os campos da História e da Educação, os estudos sobre ensino de história ainda são majoritariamente realizados nos programas de pós-graduação em Educação.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Produção Acadêmica; Pós-Graduação; História da Educação.

### ABSTRACT

This article analyzes the distancing between the academic production and the teaching of history, seeking to reflect on the reasons for which the issues related to education in general and the teaching of history, in particular, have not been in the focus of attention of the professionals of history and, consequently, of graduate programs in history, being more recurrent in the education area. An old problem, but it deserves to be reflected, because it is an ambiguous situation inasmuch as most the courses of history in the country are courses of teacher training. We used data from the National Institute for Educational Research (INEP) and database of theses of Coordination of Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), which allowed us to note that, although there is a movement of approximation between the fields of History and Education, the studies on the teaching of history are still mostly made in graduate programs in education.

**Keywords:** History Teaching; Academic Production; Graduate; History of Education.

---

\* Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína. E-mail: normasilva@ig.com.br

Recentemente houve um debate no Grupo de Trabalho de Ensino de História (GTEH-ANPUH)<sup>1</sup> sobre uma vaga de concurso para a área de ensino de história em uma determinada universidade. A polêmica foi gerada pelo fato do concurso permitir inscrições apenas para doutores em História, excluindo-se daí, inclusive, os doutores em Educação. A discussão girava em torno da questão: se a vaga era para a área de ensino de história, por que excluía os doutores em Educação? Haveria ali um preconceito em relação à área de Educação, ou uma reserva de mercado para os profissionais da História?

Não houve naquele fórum a divulgação dos motivos da decisão do colegiado do curso – que, com razão, deve ter se empenhado em manter sua autonomia –; por outro lado, entidades ligadas ao ensino de história como o GTEH e a Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH) publicaram manifestações contrárias a tal decisão.

O objetivo deste artigo não é estabelecer juízo de valor sobre quem está com a razão no caso citado, mas refletir sobre o lugar que o ensino de história tem ocupado no espaço acadêmico, o que pode contribuir para sua compreensão.

Primeiro é preciso reconhecer que o ensino de história tradicionalmente não esteve associado ao campo da História. Os cursos superiores de história, assim como de outras áreas do conhecimento, não foram instituídos com o objetivo específico de formar professores, o que ficava a cargo dos Cursos Normais. Estes, por sua vez, por muito tempo nem mesmo eram associados ao ensino superior<sup>2</sup>.

A institucionalização da História como disciplina autônoma no ensino superior ocorreu na França e, na maioria dos países da Europa, na segunda metade do século XIX. Este fato relaciona-se ao processo de constituição das nações modernas e ao movimento de laicização da sociedade (CHARLE; VERGER, 1996). No caso da França a autonomia profissional, o lugar da História nas universidades e o estabelecimento de regras para o ofício do historiador foram conquistados a partir da instalação do poder republicano. Os partidários da República preocuparam-se em tomar o controle das

---

<sup>1</sup> Grupo de Trabalho de Ensino de História e Educação da Associação Nacional de História. A discussão se deu por e-mails no *google groups* “GTEH-ANPUH” em agosto de 2012.

<sup>2</sup> A Lei Orgânica do Ensino Normal, instituída em 02 de janeiro de 1946 (Decreto-Lei nº 8.530, 1946), avançava ao aumentar o número de disciplinas mínimas no currículo, no entanto, permanecia conservadora ao não fazer nenhuma vinculação da formação de professores aos cursos de nível superior.

instâncias de produção da memória coletiva, no país substituindo o uso e o controle que os conservadores faziam da História (NOIRIEL, 1990).

O modelo de ensino superior francês exerceu grande influência no modelo instituído no Brasil com a importação da estrutura e da tradução dos compêndios (NADAI, 1993). As relações culturais entre Brasil e França têm longa tradição, tendo se manifestado de maneira consistente a partir do início do século XIX, por meio das missões científicas e culturais das escolas religiosas, bem como pela criação da Aliança Francesa, em 1896, e pela participação de professores franceses na estruturação dos primeiros cursos superiores de história na década de 1930<sup>3</sup> (FERREIRA, 1999).

Os cursos superiores de história implantados no Brasil, embora tivessem objetivo explícito de formar professores, foram estruturados como bacharelados. Mesmo o curso da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF<sup>4</sup>) – que serviu de modelo para os demais cursos institucionalizados no país a partir daí – foi estruturado dessa forma.

O curso de História da FNF<sup>4</sup> era integrado ao curso de Geografia e mantinha uma estrutura na qual as disciplinas de conteúdo eram separadas das disciplinas de formação pedagógica. Estas últimas podiam ser cursadas após a conclusão das disciplinas específicas e ficavam a cargo da Faculdade de Educação. Dessa forma, o concluinte poderia obter o grau de bacharel, caso cursasse apenas as disciplinas de conteúdo e; também de licenciado, caso concluísse as disciplinas de formação pedagógica.

**Tabela 1 – Estrutura curricular do curso de Geografia e História da FNF<sup>4</sup> (1939).**

Ano	Primeiro	Segundo	Terceiro
Disciplinas	Geografia Física	Geografia Física	Geografia do Brasil
	Geografia Humana	Geografia Humana	História Contemporânea
	Antropologia	História Moderna	História do Brasil
	História da Antiguidade e Idade Média	História do Brasil	História da América

<sup>3</sup> Os primeiros cursos superiores de História no Brasil foram institucionalizados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e pela Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. Para o curso da USP foram recrutados os franceses Emile Coornaert, Fernand Braudel, Jean Gajé, Pierre Défontaines e Pierre Monbeig (ROIZ, 2004). Para o curso da UDF vieram os franceses: Henri Hauser, Eugene Albertini e Pierre Deffontaines (FERREIRA, 2006). O curso da UDF em 1939 seria incorporado pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNF<sup>4</sup>), da Universidade do Brasil (UB).

<sup>4</sup> A FNF<sup>4</sup> era parte integrante da Universidade do Brasil (UB) criada pelo governo Vargas em 1937 e transformada em Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1965.

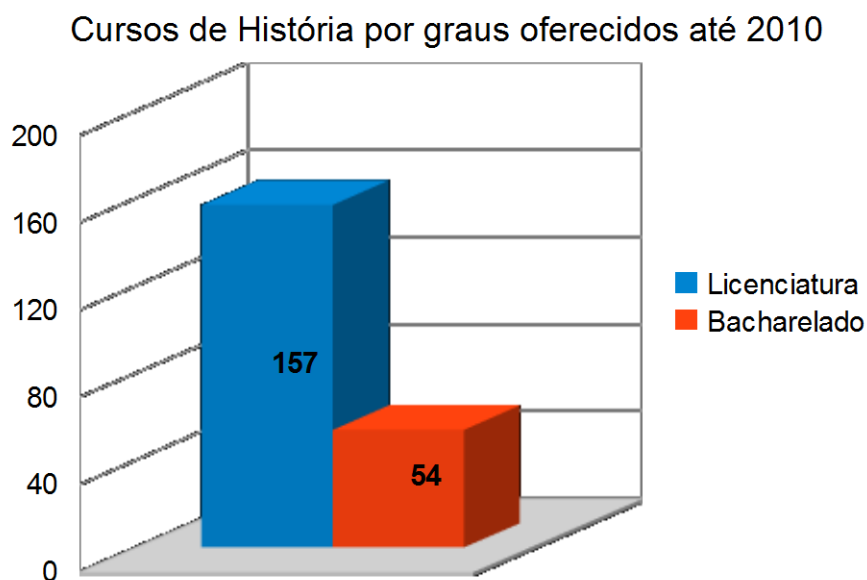
		Etnografia	Etnografia do Brasil
--	--	------------	----------------------

*Fonte: Adaptado de Ferreira (2006, p. 153).*

Esse foi o modelo de curso superior de história institucionalizado no país e, como num vício de origem, permanece (com raras exceções) até os dias hoje, mesmo com as diversas mudanças na legislação educacional. Uma das consequências desse modelo é o distanciamento gerado entre os historiadores de ofício e as temáticas ligadas ao ensino de história, fazendo com que a grande maioria daqueles que se dedicam ao ensino tenham que se deslocar para a área da Educação.

Da criação dos primeiros cursos na década de 1930 até 2010, haviam sido institucionalizados no Brasil 211 cursos de história, por instituições públicas, sendo 157 (74%) exclusivamente de licenciatura e 54 (26%) de licenciatura e bacharelado, conforme Gráfico 1. A maioria desses cursos, no entanto, mantém a tradição do bacharelado e mesmo aqueles exclusivamente de licenciatura, restringem os debates sobre o ensino às disciplinas pedagógicas.

**Gráfico 1: Cursos de graduação em história ofertados por instituições públicas no país.**



Fonte: E-mec.mec.gov.br. Acesso em: set. 2008 a ago. 2010.

## O Lugar do Ensino de História na Produção Acadêmica

Até o ano de 2011 o ensino não era considerado uma área<sup>5</sup> do conhecimento específica pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>6</sup>. Normalmente, os estudos sobre ensino referiam-se ao “ensino de ciências”. Já os estudos de ensino das demais áreas do conhecimento como História, Geografia, Literatura etc., eram desenvolvidos na área de Educação.

No caso da história, as temáticas sobre ensino e educação, de uma forma geral, não figuravam (figuram?) entre as mais estudadas pelos historiadores. Ao contrário, eram temas considerados pouco “nobres” na maioria dos programas de pós-graduação e, por isso, desenvolvidos de forma marginal. Os poucos trabalhos realizados nesses programas acabaram por ficar deslocados dos demais, tendo pouca visibilidade. Para se ter uma ideia, até 2011, dos 57 programas de pós-graduação em história em funcionamento no Brasil (30 com cursos de mestrado e doutorado, 26 de mestrado e 1 de mestrado profissional), apenas 2 (3,5%) mantinham linhas de pesquisas denominadas “ensino de história”: o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, cuja linha era “Ensino de História e Saberes Históricos” e o Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, que mantinha uma linha intitulada “História e Ensino” (SILVA, 2011b).

Há de se considerar que alguns programas, mesmo sem manter linhas de pesquisa específicas, desenvolvem teses e dissertações sobre ensino. O que se pretende destacar, no entanto, é o lugar que o ensino tem ocupado dentro da organização desses programas e, conseqüentemente, dentro do espaço acadêmico. Apesar de mudanças significativas ocorridas no campo da História nos últimos trinta anos, o ensino ainda é tratado de forma marginal em grande parte dos programas.

Em pesquisa<sup>7</sup> realizada no Banco de Teses da CAPES (SILVA, 2011), das 283 teses e dissertações que tinham como assunto ou título “ensino de história”, apenas 37 (12,7%) tinham sido feitas em programas de pós-graduação em história, sendo 5 teses de doutorado e 31 dissertações de mestrado. Quinze (5,3%) dissertações foram feitas em

---

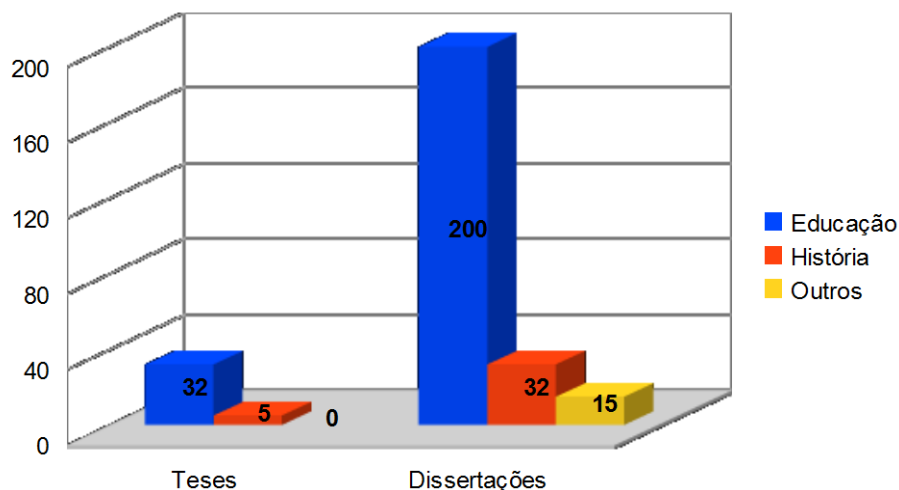
<sup>5</sup> Somente a partir da Portaria nº 83, de 6 de junho de 2011, da CAPES, o ensino tornou-se uma área do conhecimento específica.

<sup>6</sup> Órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável pela regulação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no país.

<sup>7</sup> A pesquisa foi realizada buscando-se como título ou assunto “ensino de história”. Os dados são referentes ao período de 1987 a 2007.

outros programas de pós-graduação e 232 (82%) em programas de pós-graduação em educação, sendo 32 teses e 200 dissertações, conforme gráfico 2.

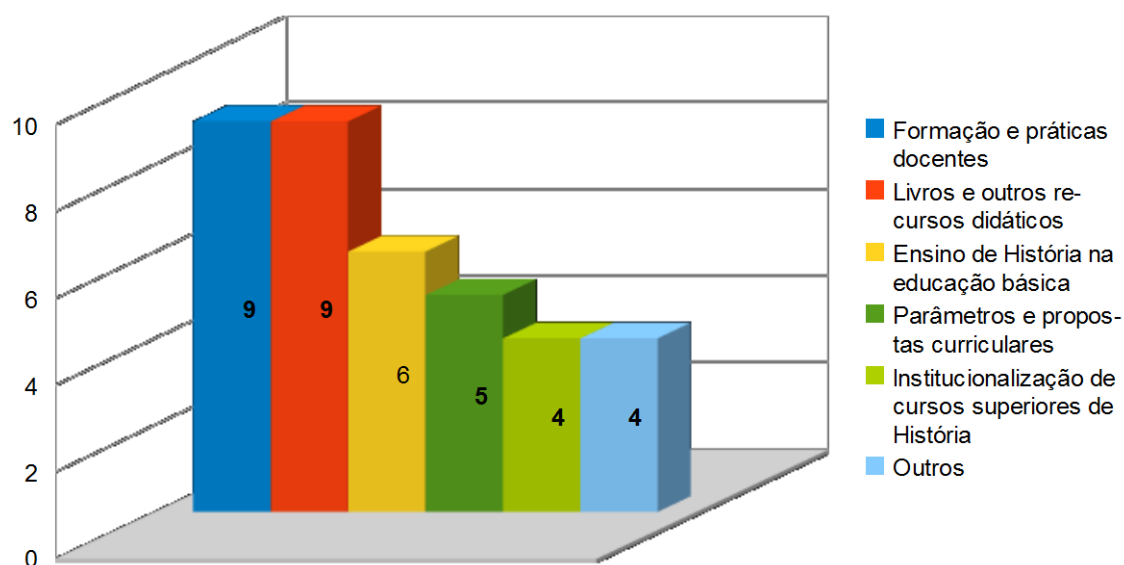
**Gráfico 2: Teses e dissertações em Programas de Pós-Graduação no país.**



Fonte: Banco de teses da CAPES. Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)>. Acesso em: de 20/05/2009 a 21/12/2009.

Os temas mais recorrentes nas teses e dissertações desenvolvidas nos programas de pós-graduação em história, conforme gráfico 3, foram: formação e práticas docentes e conteúdos de livros e outros recursos didáticos. Destacam-se também os temas sobre o lugar da história na educação básica, sobre os parâmetros e propostas curriculares e sobre a institucionalização de cursos superiores de história.

**Gráfico 3: Principais temas de teses e dissertações de Programas de Pós-graduação em História.**



Fonte: Banco de teses da CAPES. Disponível em: <www. capes. gov. br.>. Acesso em: de 20/05/2009 a 21/12/2009.

Parece haver um consenso entre os historiadores de que ensino e pesquisa caminham juntos e que, portanto, os cursos de licenciatura não devem ser apenas lugar de transmissão e aquisição de conhecimentos prontos. No entanto, quando se fala em pesquisa histórica, abre-se um abismo distanciando o campo do ensino das áreas de interesse dos pesquisadores.

### **História e História da Educação: Os Desafios de um Território de Fronteira**

Separados desde sua origem como áreas específicas do ensino superior, o campo da História e da Educação tiveram como foco de atenção objetos de estudos distintos. Nessa configuração, os estudos sobre ensino de história tradicionalmente ficaram a cargo dos profissionais da Educação, o que faz com que eles se caracterizem por uma abordagem voltada mais para o campo pedagógico que para a História, propriamente.

Gérard Noiriel (1990), referindo-se ao campo de pesquisa francês, destaca que neste país os estudos historiográficos têm sido dominados pela história das ideias centradas nas análises das correntes de pensamento. Elas abordam, geralmente, questões institucionais, como criação de postos, de revistas etc. ou estudos biográficos como origem social e trajetória de historiadores. Ensino e educação tradicionalmente não têm

sido objetos de estudo privilegiados pelos historiadores. Da mesma forma no Brasil, estudos sobre o ensino estão ausentes da lista dos temas mais estudados.

Embora a partir do final da década de 1980 tenha sido iniciado um movimento de aproximação entre os campos da História e da Educação<sup>8</sup>, os estudos sobre ensino e educação ainda são realizados, majoritariamente, pelos profissionais da Educação. Esses profissionais, por sua vez, até bem pouco tempo mantinham uma tradição teórico-metodológica ligada às ideias dos renovadores<sup>9</sup>, o que justifica, segundo Francisco Falcon (2006), não ter sido instituída como uma especialização temática da História, mas como ciência da Educação ou como ciência auxiliar da Educação. Ela surge, dessa forma, como “projeto inacabado”, apresentando apenas uma abordagem teleológica dos fatos ligados à educação.

De acordo com Peters (2006), nesse tipo de abordagem, as análises são focadas, sobretudo, em torno da evolução das políticas educacionais, das ideias pedagógicas ou da legislação educacional. Para ele, esses trabalhos acabaram distanciando a História da Educação da História. O autor ainda acentua que essa tradição metodológica ligada aos renovadores sofreu mudanças ao longo dos anos. Estudiosos da História da Educação como Demerval Saviani, Otaiza Romanelli e Paulo Ghirardelli Jr., entre outros, buscaram, a partir da década de 1980, questionar o modelo de produção historiográfica educacional no Brasil, dialogando com outras disciplinas, como a Sociologia e a Filosofia da Educação. Seus estudos, no entanto, realizados principalmente sob um viés marxista, mantiveram-se, de uma forma ou de outra, ligados às ideias dos renovadores.

Clarice Nunes (1996), em estudo sobre o ensino e a historiografia da educação produzidas entre os anos de 1889 e 1990, aponta que na maioria dos trabalhos de história da educação, os historiadores têm se posicionado como quem constata, apagando a diferença entre empiria e reflexão, como se estivessem convictos de que a simples descrição dos eventos pudesse garantir a constituição da história da educação enquanto um *continuum*. Para ela, esses trabalhos, presos ao tempo linear, baseiam-se em dois eixos: a organização escolar e o pensamento pedagógico. Sendo que o primeiro define não só um lugar privilegiado em que se registra a memória da educação (o Estado), mas as fontes utilizadas para sua reconstituição (os instrumentos legais e

---

<sup>8</sup> Contribuem para esse movimento o Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, iniciado em 1988, e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Ensino de História (ENPEH), iniciado em 1993, eventos realizados bienalmente em anos alternados.

<sup>9</sup> Grupo de intelectuais, composto por Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Lourenço Filho, entre outros, que na década de 1920 iniciaram no Brasil o movimento chamado Escola Nova, baseado, sobretudo, nas ideias do filósofo e pedagogo norte-americano John Dewey.



normativos). Já o segundo eixo recorre à evolução das ideias pedagógicas para a constituição dessa história, a partir da compilação de dados biográficos de pensadores, conferindo um tratamento tipológico à narrativa. De acordo com suas análises, ainda na década de 1960 os livros de história da educação reforçavam um ideal educativo observado no *Diálogo da conversão do gentio*, do padre Manoel da Nóbrega, isto é, o ideal de “formação de um país grande, uno e cristão” (NUNES, 1996:72). Para ela, nem mesmo a diversificação dos trabalhos produzidos a partir da década de 1970 significou uma ruptura com esse modelo.

No mesmo sentido, Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes Faria Filho (2003) realizaram uma análise da produção bibliográfica referente ao campo da História da Educação no Brasil. Segundo eles, os trabalhos analisados abordavam a fase inicial de reflexão e inflexão historiográficas dos anos de 1980 até os anos 2000, quando os historiadores ligados a temas educacionais haviam se organizado em uma “sociedade científica autônoma”. Os autores revelam também uma forte tendência de mudança de abordagens a partir dos anos 1990, saindo daquelas ligadas às ideias pedagógicas e utilizando abordagens ligadas mais às “noções de circulação e apropriação ou, mesmo de saberes escolares” (VIDAL; FARIA FILHO, 2003:33). Há também, segundo esses autores, um fortalecimento dos trabalhos dedicados ao estudo das culturas escolares, o que tem permitido desnaturalizar a instituição escolar, atentando-se à história da própria institucionalização da educação escolar.

Outra questão analisada pelos autores diz respeito às fontes de pesquisa. De acordo com suas análises, apesar de haver uma continuidade no uso de fontes tradicionais tais como a legislação e os relatórios oficiais, observa-se nos últimos anos uma ampliação das fontes com o uso das memórias e autobiografias, fotografias, periódicos, livros didáticos, filmes, música e materiais escolares.

Sobre este aspecto, Carlos Peters (2006) destaca que as abordagens antes fundamentadas apenas na legislação educacional e nos debates sobre a educação acabavam por reproduzir falsas ideias, como a de que a escola pública se democratizou e que hoje vive sob o paradigma da construção da cidadania plena. Para ele, o cotidiano das escolas revela que as coisas são bem mais complexas, pois as representações da escola criadas pelos educadores nem sempre se afinam com o discurso oficial. Para entender esse fenômeno é necessário, segundo ele, ultrapassar as abordagens restritas a teorias pedagógicas ou a legislação educacional e realizar uma análise capaz de captar o pensamento e a ação do professor como agente histórico multifacetado, influenciado e

condicionado pelo espaço institucional e pelos demais espaços sociais e políticos em que atua.

Para uma mudança de foco nesses estudos é preciso, antes, romper a barreira ainda existente entre os campos da História e da Educação, buscando uma aproximação dos métodos e das análises, bem como a ampliação das fontes, no sentido de trazer à luz aspectos importantes do ensino de história e da própria educação que até agora foram pouco explorados ou marginalizados. Mais que isso, faz-se necessário romper com o vício de origem, que distancia esses dois campos e faz gerar situações como aquelas narradas no início deste artigo, que não contribuem em nada para o enfrentamento dos problemas relacionados ao ensino.

### Referências Bibliográficas

BRASIL. *Decreto-Lei nº 8.530*, de 02 de janeiro de 1946. Lei orgânica do ensino normal. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8530.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8530.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2011.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. *História das universidades*. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, maio/ago, p. 328-375, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de história no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 139-161.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e o ensino da história no Rio de Janeiro nos anos 30. In: MAIO, Marco Chor; VILLAS BÔAS, Gláucia (org.). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 1999, p. 277-299.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES). Banco de Teses. Disponível em: <[capesdw.capes.gov.br/capesdw/](http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/)>. Acesso em: out., nov. 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES). Relação de cursos recomendados e reconhecidos. Disponível em:

<[conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarIes&codigoArea=70500002&descricaoArea=CI%CANCIA+HUMANAS+&descricaoAreaConhecimento=HIST%D3RIA&descricaoAreaAvaliacao=HIST%D3RIA](http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarIes&codigoArea=70500002&descricaoArea=CI%CANCIA+HUMANAS+&descricaoAreaConhecimento=HIST%D3RIA&descricaoAreaAvaliacao=HIST%D3RIA)>. Acesso em 10 jun. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES). *Portaria nº 83*, de 6 de junho de 2011 publicada no Diário Oficial da União nº 109, de 8 de junho de 2011, seção 1, p. 12. Disponível em:

<[www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=12&data=08/06/2011](http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=12&data=08/06/2011)>  
. Acesso em: ago. 2012.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: Trajetória e perspectivas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.13, n. 25/26, p. 143-162, set/92/ago/93.

NOIRIEL, Gérard. Naissance du métier d'historien. *Genèses*, Paris, 1, sept, 1990, p. 58-87.

NUNES, Clarice. Ensino e historiografia da educação: Problematização de uma hipótese. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 1, jan/fev/mar/abr, p. 67-79, 1996.

PETERS, Carlos Eduardo Marotta. História da educação brasileira: novas fontes e novos enfoques de análise. *Patrimônio e Memória*. Assis: Unesp/Cedap, v. 2, n. 1, p. 142-153, 2006.

ROIZ, Diogo da Silva. *A institucionalização do ensino universitário de história na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934-1956*. 2004. (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Franca, 2004.

SILVA, Norma Lucia da. *Institucionalização do Ensino Superior de História e Profissionalização Docente no Interior do Brasil - Araguaína, TO (1985-2002)*. 2011. (Tese de Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011a.

SILVA, Norma Lucia da. Produção acadêmica e ensino de história: entre o distanciamento e as possibilidades de aproximação. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011b. p. 01-14.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.